

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E LEGAL DO CBH – MÉDIO PARAÍBA DO SUL, realizada no dia 05 de agosto de 2025 (terça-feira), das 09h às 12h30min através de videoconferência, com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura; 2. Leitura do expediente (correspondência recebida, justificações de ausências e síntese de propostas encaminhadas até o início da sessão); 3. Aprovação da pauta; 4. Aprovação da ata da 58ª Reunião Ordinária; 5. Apreciação e aprovação da hierarquização dos inscritos no Edital de Chamamento para Projetos de Restauração Florestal; 6. Avaliação das propostas do GT com relação ao Regimento Interno do CBH-MPS; 7. Proposta de política de inclusão e acessibilidade para o CBH-MPS; 8. Comunicações e avisos; 9. Encerramento.** A Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Instrumentos de Gestão e Legal do CBH – Médio Paraíba do Sul do dia 07/11/2024 contou com a presença dos seguintes membros: Caroline Teixeira (P. M. Quatis), Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ), Zélia Raguzzoni (P. M. Mendes), Alexandre Marques (P. M. Levy Gasparian), Thiago Guedes (Água das Agulhas Negras), Jaqueline de Souza Silvestre (CEDAE), Milton Neves (LIGHT), Nelson Reis (OMA Brasil), Vera de Fátima Martins (ACAMPAR-RJ); E na equipe: Roberta Abreu e Caio Santos (AGEVAP). **Item 1. Abertura;** A reunião foi iniciada pelo coordenador Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ) que cordialmente saudou a todos os presentes. Em seguida, deu prosseguimento com a pauta. **Item 2. Leitura do expediente (correspondência recebida, justificações de ausências e síntese de propostas encaminhadas até o início da sessão):** Roberta informou que não receberam nenhuma manifestação sobre o item. **Item 3. Aprovação da Pauta;** Sem nenhuma contribuição e objeção, a pauta foi aprovada. **Item 4. Aprovação da ata da 58ª Reunião Ordinária;** Sem nenhuma objeção ou contribuição, a ata foi aprovada. **Item 5. Apreciação e aprovação da hierarquização dos inscritos no Edital de Chamamento para Projetos de Restauração Florestal;** Caio Santos começou a pauta apresentando os critérios de hierarquização e em detalhe a análise dos projetos de restauração florestal submetidos ao edital. O projeto da Vale Verdejante, localizado em uma RPPN de uso sustentável, recebeu oito pontos por este critério, nove pontos por estar inserido em área de prioridade média de restauração, além de dois pontos pelo plano de manejo, totalizando 19 pontos. O projeto do Município de Rio das

35 Flores, com três poligonais inseridas na Floresta Municipal, também pontuou oito
36 pontos por ser unidade de uso sustentável, nove pontos por prioridade média e
37 dois pontos pelo uso de pastagem, alcançando igualmente 19 pontos, mas sem
38 cadastro de imóvel ou plano de manejo. O projeto do Município de Itatiaia não
39 pontuou em unidades de conservação, mas obteve 12 pontos por estar em área
40 de alta prioridade, dois pontos por uso de pastagem e três pontos por ter mais
41 de 50% da área em APP, somando 15 pontos. O projeto do Município de Pirai
42 recebeu 12 pontos por estar em alta prioridade, mais dois pontos pelo uso de
43 pastagem, totalizando 14 pontos. O projeto de Barra Mansa gerou debate:
44 inserido parcialmente em uma APA (uso sustentável) e em um Parque Natural
45 Municipal (proteção integral), inicialmente havia dúvida sobre a soma de pontos.
46 A câmara técnica validou o uso do critério de predominância, considerando
47 apenas a categoria de uso sustentável, resultando em oito pontos, mais dois pelo
48 uso de pastagem e um por inserção parcial em APP, finalizando com 11 pontos.
49 O projeto de Levi Gasparian foi reavaliado após esclarecimento de Alexandre
50 Ricardo Marques sobre a existência do Parque Municipal Fazenda das
51 Laranjeiras, unidade de proteção integral, o que garantiu 25 pontos, tornando-o
52 o projeto de maior pontuação. A câmara técnica também debateu a metodologia
53 de avaliação para casos de sobreposição e concordou em adotar o critério da
54 predominância. Dos sete projetos inscritos, seis foram habilitados, e a pontuação
55 final hierarquizou os projetos da seguinte forma: 1º Levi Gasparian (25 pontos),
56 2º Rio das Flores (19 pontos), 3º Vale Verdejante (19 pontos), 4º Itatiaia (15
57 pontos), 5º Pirai (14 pontos) e 6º Barra Mansa (11 pontos). Dois proponentes
58 não apresentaram projeto completo, recebendo nota zero nesta etapa. Além da
59 pontuação de critérios técnicos, foi aplicada avaliação metodológica com base
60 na Resolução INEA nº 143/2017. P. M. Levi Gasparian e P. M. Barra Mansa
61 receberam 9,5 pontos, com desconto de 0,5 pela ausência de laudo de solo.
62 Itatiaia obteve 8 pontos por falta de ART e detalhamento limitado. Rio das Flores
63 recebeu 5 pontos por não seguir o modelo do INEA e omitir informações
64 importantes, como lista de espécies e diagnóstico. Projetos menos detalhados
65 poderão receber exigências adicionais para serem contemplados. Durante a
66 reunião, registrou-se a retirada de Alexandre Ricardo Marques por conflito de
67 interesses em projeto de município representado por ele, preservando a
68 imparcialidade do processo. Ao final, Nelson Reis sugeriu maior transparência

com a divulgação de planilha resumida contendo os critérios e respectivas pontuações. Concluiu-se que a hierarquização será publicada no site do Comitê e que a contratação dos projetos dependerá da entrega das planilhas orçamentárias na próxima fase. Os participantes da reunião parabenizaram a equipe pela complexidade do edital e pela condução do processo. A pauta foi encerrada com a definição de que os resultados finais, acompanhados do quadro de critérios detalhados, serão disponibilizados publicamente. **Item 6. Avaliação das propostas do GT com relação ao Regimento Interno do CBH-MPS;** A pauta foi iniciada com a discussão sobre uma cláusula do regimento sobre vínculo de parentesco, Markus Budzynkz e Vera Martins se opondo à vedação da participação de parentes até segundo grau, defendendo que a legislação vigente não estabelece restrição para a sociedade civil. Roberta Abreu informou que o jurídico analisará a conformidade da proposta. Também foi apresentada a possibilidade de aplicação de recursos em regiões limítrofes, desde que aprovada pela plenária e por instâncias superiores; entretanto, Jaqueline de Souza e Alexandre Ricardo se posicionaram contrários, apontando risco de conflito de competências, Roberta Abreu reforçou que a exceção não pode virar regra. Quanto à estrutura do comitê, propôs-se a racionalização das câmaras técnicas e grupos de trabalho, com a junção de estruturas para facilitar o quórum, mantendo apenas o grupo do Plano de Bacia. Foi sugerida a extinção do GT de Contrato de Gestão, com realocação de funções à diretoria, e a criação de uma Câmara Técnica Consultiva, para consolidar temas e dar agilidade às reuniões. Houve ainda a proposta de inclusão de pescadores artesanais e agricultores familiares na composição do comitê, encaminhada para avaliação jurídica. Em seguida foi discutido as mudanças nas regras de reeleição na diretoria, limitando-a a uma vez por pessoa física, a fim de garantir renovação e clareza no regimento. Sobre a distinção entre CPF e CNPJ em cargos da diretoria, Jaqueline de Souza solicitou maior clareza quanto às responsabilidades individuais e institucionais. Por fim, em relação à vacância de cargos na Diretoria, Roberta Abreu explicou que novas eleições são realizadas em plenária e a diretoria reorganiza internamente as funções, sendo sugerido por Nelson Reis que tais decisões passem por referendo da plenária para legitimação, os demais membros concordaram. **7. Proposta de política de inclusão e acessibilidade para o CBH-MPS;** Roberta Abreu apresentou a proposta da Carin von Müllen

(UERJ) sobre a Política de Inclusão, definindo conceitos como pessoa com deficiência, acessibilidade, desenho universal e barreiras, além de propor diretrizes voltadas ao acesso físico e digital, questionários de acessibilidade em eventos, uso de tecnologia assistiva e promoção da inclusão em processos eleitorais e na gestão de recursos hídricos. Disse que a assessoria jurídica recomendou substituir o termo “garantia” por “promoção” ou “incentivo”, devido às limitações financeiras para implementação imediata. Markus Budzynkz apoiou a mudança de termos, ressaltando a necessidade de considerar a legislação vigente e sugerindo a inclusão de pessoas com obesidade mórbida. Nelson Reis destacou a responsabilidade da secretaria executiva na escolha de locais acessíveis e na oferta de recursos como intérprete de Libras e material em Braille. Zélia Raguzzoni reforçou a relevância da inclusão para ampliar a participação institucional e da sociedade civil, apoiando a implementação gradual, visão também compartilhada por Thiago Guedes, que alertou para a complexidade do comitê e a necessidade de soluções permanentes além de parcerias eventuais. Por fim, Roberta Abreu informou que a política de inclusão deverá constar no regimento interno, conforme orientação jurídica, embora a forma de sua inserção ainda seja avaliada. Markus Budzynkz sugeriu a criação de um capítulo específico sobre inclusão e acessibilidade, tendo como referência a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). **Item 8. Comunicações e avisos;** Não houve nenhum comunicado e avisos. **Item 9. Encerramento;** Ao final, expressou seu agradecimento pela presença de todos e declarou o encerramento da reunião. A presente ata foi redigida por mim Grazielle Martins, estagiária administrativa, e será assinada pela Coordenadora após aprovação.

Volta Redonda, 05 de agosto de 2025.

Markus Stephan Woldunkell Budzynkz
Coordenador da CTEA

ENCAMINHAMENTOS: 1) Encaminhar o regimento para avaliação da assessoria jurídica.